



# A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE EXTENSIONISTA PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Alina Caroline Silva dos Santos<sup>1</sup>; Jaqueline do Nascimento Cruz<sup>1</sup>; Raissa Fernanda Souza Palheta<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo refere-se a um relato sobre a experiência extensionista obtida no Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), o qual objetiva contribuir com o processo de formação profissional dos alunos de Serviço Social enquanto bolsistas e estagiários por meio de atividades extensionistas voltadas para discentes, docentes e profissionais do curso de serviço social, bem como à comunidade, além de fortalecer a parceria entre a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). A metodologia aplicada se

constitui enquanto um processo conscientizador como vídeo-debates, rodas de diálogo, seminários entre outros métodos que responderam significativamente às expectativas do programa. Dessa forma, considera-se que o programa contribui significativamente para a disseminação acerca da temática de direitos humanos, bem como contribuem para a formação profissional de bolsistas e estagiários do curso de serviço social.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; Serviço Social; formação profissional.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará, Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

## INTRODUÇÃO

O presente artigo buscou fazer uma discussão acerca da importância da atividade extensionista para a garantia de direitos humanos. Tais atividades foram desenvolvidas no período de junho de 2017 a março de 2018, por meio de bolsistas, estagiários e docentes do curso de serviço social, vinculados ao Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH), por meio da parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Este programa está localizado na Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e apresenta como um de seus principais objetivos promover discussões sobre temáticas relacionadas aos direitos humanos. De acordo com (Benevides, 2015), direitos humanos são:

[...] aqueles comuns a todos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, sexo, classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano. Os direitos humanos são naturais e universais; não se referem a um membro de uma nação ou de um Estado – mas à pessoa humana na sua universalidade. (BENEVIDES, p.4)

É baseando-se nisto que o Programa Universidade Popular em Direitos Humanos contou com a parceria da SEJUDH, uma vez que esta instituição tem por finalidade promover o exercício da cidadania, a defesa dos direitos humanos e do acesso à justiça, bem como a reparação dos respectivos danos, conforme a Lei Nº 7.029/2007 que define suas competências.

I - o estudo, o planejamento, a execução, o controle e a avaliação dos assuntos relativos à Cidadania, à Justiça e aos Direitos Humanos; II - formular, coordenar e executar as políticas públicas de promoção, proteção e defesa da condição de grupos sociais que possam sofrer discriminação, especialmente em relação à mulher, os negros, as comunidades tradicionais, os deficientes físicos, os povos indígenas, defendendo ainda a livre orientação sexual;

III - formular, coordenar e executar a Política Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor; IV - formular, coordenar e executar políticas públicas voltadas à juventude conforme diretrizes emanadas do Conselho Estadual de Juventude. (SEJUDH, 2007)

Tais competências estão em consonância com as premissas defendidas pelos profissionais de serviço social, as quais estão materializadas em sua lei de regulamentação Nº 8.662/1993, no capítulo 4, dispondo das seguintes atividades que competem ao serviço social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. (CFESS, 2006)

Além desses, esta mesma lei afirma, no inciso 5º, que compete ao assistente social fazer uma orientação a indivíduos e grupos no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos em favor da defesa dos direitos humanos (CFESS, 2006).

Esta profissão apresenta extrema importância, principalmente em meio à sociedade capitalista, onde para que exista uma minoria usufruindo de riquezas, há uma grande quantidade de seres humanos que tem seus direitos constantemente violados. Neste sentido, o código de ética do assistente social determina como um de seus princípios a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” e “o posicionamento em favor da equidade e justiça social” (CFESS, p. 23, 2006).

Esses direitos são imprescindíveis, pois são identificados como direitos básicos, inerentes a todo indivíduo, simplesmente pelo sua condição humana. Porém, atualmente, estes mesmos direitos vêm sendo constantemente ameaçados e estigmatizados em meio à sociedade uma vez que, de acordo com DORNELLES (2006, p. 58)



Cria-se, assim, um quadro ideologizado que perversamente identifica as entidades de defesa dos direitos humanos como defensoras de bandidos, como entidades ligadas ao mundo do crime e que preferem dar atenção aos maus ao invés de se preocuparem com as vítimas. [...]

Devido a esta problemática é que a discussão desses direitos humanos se torna tão importante de ser debatida. Além disso, o programa visa contribuir para a formação de bolsistas e estagiários do curso de serviço social da UFPA, por intermédio da inserção dos mesmos em atividades extensionistas, bem como da inserção desses discentes em campos de estágio em que há a atuação em temáticas relacionadas aos direitos humanos.

O âmbito da universidade se constitui como um espaço de contribuição para a execução de atividades de extensão universitária. A Política de Extensão Universitária da Universidade Federal do Pará, regulamentada através da Resolução N° 3.298 de 7 de março de 2005, define a extensão universitária como:

Um conjunto de atividades acadêmicas, de caráter múltiplo e flexível, que se constitui num processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, de forma indissociável, e que viabiliza, através de ações concretas e contínuas, a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

Ao dispor sobre a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a política de extensão da UFPA sugere então, a pesquisa como subsídio à ações interventivas da extensão, e o ensino como espaço privilegiado para processos de aprendizagem e assimilação do conhecimento através da extensão. Nesse sentido, vale ressaltar que as atividades de estágio supervisionado (estágio curricular ou obrigatório) que são atreladas a dimensão do ensino, também podem ser executadas em programas e projetos de extensão. A prática extensionista é um importante mecanismo para a materialização do conhecimento, em que se propaga a formação crítica, cidadã, política, formação profissional e prática profissional do discente de Serviço Social nesse campo de trabalho.

Parte-se do pressuposto de que a formação profissional, numa realidade específica, não pode ser considerada isoladamente da realidade social, expressa pelo aspecto estrutural e conjuntural, pelo sistema educativo em geral e, especificamente pelo ensino superior, como contexto da formação profissional, a qual, necessariamente, reflete o movimento histórico da própria sociedade. (SILVA, 1995, p.5)

Desta forma, a análise permite aferir que a prática profissional não está separada e imune da realidade, visto que a realidade que promove a intervenção e o exercício do assistente social.

O acirramento da questão social na sociedade vem ampliando uma maior discussão acerca do tema para projetar resoluções do mesmo. Intervenções que tenham um caráter de formação, evitando dessa forma os números de violação de direitos. Nesse sentido, a política nacional de extensão universitária vai de encontro ao objetivo do programa, uma vez que:

A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 21).

Assim sendo, este relato tem como objetivo de proporcionar o conhecimento acerca do Programa Universidade popular em Direitos Humanos e explanar sobre a prática extensionista no que tange à propagação de Direitos Humanos, ou seja, a importância de desempenhar um trabalho de formação, capaz de discutir os direitos e deveres da pessoa humana e sua relação com os Direitos Humanos, pois, compreende a notável importância de se abordar sobre estas temáticas

no âmbito acadêmico, assim também, como na comunidade, pois, dentre as violações dos Direitos Humanos, no cenário atual, ainda é pertinente devido à falta de informação sobre direitos já conquistados para efetivar sua reivindicação.

Anseia-se refletir e ponderar sobre os Direitos Humanos garantindo e consolidando dessa forma a democracia, almejando a consolidação organizada da sociedade e comunidade no que concerne a qualificação em Direitos Humanos, seja pelo âmbito acadêmico, ou por meio das comunidades, com o intuito de informar e tornar o “direito” um conhecimento

de todos, para se efetivar a políticas sociais e políticas públicas que assegurem o mesmo.

O principal objetivo da atividade extensionista em direitos humanos é o desenvolvimento do próprio ser, além disso, propõe fortalecer e ampliar atividades coletivas para que haja a promoção e a garantia de direitos - na Região Metropolitana de Belém – os indivíduos aprendem a compreender o sentido de suas ações e por meio de estudos feitos, passam a problematizar situações discriminatórias observadas e o que as mesmas podem fazer para desconstruir, solucioná-las ou ao menos enfrentá-las.

## **METODOLOGIA**

O processo metodológico realizou uma articulação entre teoria e prática, proporcionando a relação universidade e sociedade. Desta forma, sujeitos históricos terão melhor associação entre todo conteúdo científico abordado nas atividades do projeto e a realidade vivenciada.

Não é objetivo da atividade extensionista formar apenas sob uma perspectiva técnica, mas também uma formação política e cidadã. Para isso, o público alvo do projeto serão os docentes, estagiários do projeto, bem como os profissionais que atuam na perspectiva dos direitos humanos e a comunidade de forma geral. Por sua parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará, as atividades extensionistas do programa são realizadas em escolas da Região Metropolitana de Belém (RMB) e na UFPA, também. Sendo assim, estas ações abrangem o município de Belém e suas adjacências.

O PUPDH efetua sua metodologia, por meio de atividades realizadas juntamente aos seus parceiros. Para isto, estes utilizam a intersectorialidade como principal ferramenta, promovendo rodas de diálogo, vídeos-debate, seminários, bem como oficinas, entre outras ações. Tais atividades podem se enquadrar na dinâmica de grupo, instrumental utilizado pelo assistente social, conforme afirma (SOUSA, 2008, p. 127):

Para levantar um debate sobre determinado tema com um número maior de usuários, bem como atender um maior número de pessoas que estejam vivenciando situações parecidas. E nunca é demais lembrar que é o instrumento que se adapta aos objetivos profissionais – no caso, a dinâmica de grupo deve estar em consonância com as finalidades estabelecidas pelo profissional.

As ações do programa e seus parceiros são executados com ênfase em discussões acerca dos direitos humanos, políticas públicas, políticas sociais, movimentos sociais, entre outras. Estas são sistematizadas por meio de reuniões, que por sua vez, também são definidas como um instrumental do Serviço Social, conforme afirma (Sousa, 2008, p.127) que “assim como a dinâmica de grupo, as reuniões são espaços coletivos. São encontros grupais, que têm como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema. Mas, sobretudo, uma reunião tem como objetivo a tomada de uma decisão sobre algum assunto”.

Nesse sentido, a pretensão é relatar a experiência extensionista no “Programa Universidade Popular em Direitos Humanos” e contribuir para a construção de um olhar diferenciado no que concerne às questões de direitos humanos na contemporaneidade e a extensão universitária potencializa para que este fenômeno ocorra.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa universidade popular em Direitos Humanos por meio do viés da propagação dos Direitos Humanos, realizou atividades internas e externas à Universidade Federal do Pará, com o intuito de fomentar a interação da convergência entre ensino, pesquisa e extensão. Partindo da compreensão de que as atividades desenvolvidas propiciam um aprendizado e um crescimento do conhecimento crítico aos discentes em formação, a partir da interação e troca de saberes entre comunidade acadêmica e sociedade. Visando isso, foram realizadas algumas atividades que serão descritas a seguir.

A princípio foi executado em 2017 uma oficina com a temática dos Direitos Humanos no evento “I VivaCidade CAC<sup>2</sup>: Desafios da justiça socioambiental na Amazônia”, com o objetivo de discutir questões relacionadas às violações dos Direitos da juventude na Região Metropolitana de Belém (RMB), propondo debates acerca dos bairros que se destacam por possuírem altos índices de violações de direitos contra as juventudes. Esta atividade teve como público alvo os representantes das comunidades tradicionais, órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Foi promovida, também, a Roda de conversa “Evangélicos e democracia”, com o intuito de fomentar no ambiente acadêmico um diálogo sobre o posicionamento e como se organizam os evangélicos no Brasil atualmente, esclarecendo o motivo pelo qual os mesmos sempre são associados ao conservadorismo e foram apresentadas vias de pensamento ainda pouco conhecidas, onde os evangélicos atuam na construção de um país mais justo e igualitário, com respeito social e ideológico. O evento contou com a participação de Ariovaldo Ramos, que é pastor, filósofo, colunista do Mídia Ninja e criador da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito e também, foi convidada a assistente social formada pela UFPA Giovanna Pereira, a qual explanou sobre a realidade social do município de Belém, atualmente.

Houve a execução de uma Jornada de Trabalhos de Conclusão de Curso com o objetivo de socializar os trabalhos científicos a toda comunidade acadêmica, através da discussão de temáticas envolvendo os Direitos Humanos. Os TCC's apresentados, possuíam as temáticas “Drogas e Prevenção: A percepção dos estudantes da escola estadual de ensino médio Alexandre Zacarias de Assunção”; “Educação em Direitos Humanos nas Escolas: Enfrentamento ao tráfico de pessoas no público adolescente”; “Em defesa do Direito à vida: um estudo sobre o feminicídio no Brasil” e “Direitos Humanos e Refúgio: Migrantes Refugiados no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Imigrante”.

Foi realizado o “I Ciclo de palestras Direitos Humanos e sua Transversalidade” objetivando propagar os direitos humanos diante das suas mais variadas temáticas, contribuindo na formação discente dos alunos do curso de Serviço Social, além de fazer parte do plano de trabalhos das alunas da disciplina de estágio supervisionado II, o ciclo de palestras foi dividido nas seguintes temáticas: “Direitos Humanos: Refletindo a migração a partir do Posto de Avançado de Atendimento Humanizado aos Migrantes (PAAHM)”; “Envelhecer com dignidade: um direito fundamental”; “Direitos Humanos em Cena: uma vivência na Escola”; “Questão de gênero e violência: um debate sobre os direitos da mulher e da população trans.” e “O papel da assessoria na Educação em Direitos Humanos no Bairro da Terra Firme”.

Dando continuidade, foi produzido o “II Ciclo de Palestras Direitos Humanos e sua Transversalidade” com a intenção de possibilitar a aproximação, troca de saber e experiências entre os discentes que se encontram no estágio supervisionado II, juntamente com os seus respectivos supervisores de estágio. Esta atividade teve como público alvo principalmente os discentes de serviço social que ainda vão passar por esse processo de inserção no campo de estágio.

<sup>2</sup> CAC (Centro Alternativo de Cultura).

Foi proporcionado um diálogo horizontal sobre as temáticas que fazem parte dos Direitos Humanos, além de abordar a importância e o papel do assistente social desenvolvido em cada área de atuação. Os temas abordados foram “Estágio em Direitos Humanos: a Política de Promoção de Igualdade Racial na Secretaria de Justiça em Direitos Humanos no Estado Do Pará”; “O Serviço Social e a gestão da Política Pública de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”; “Migração e Refugiados”; “Direitos Violados” e “Prevenção ao uso de drogas na Perspectiva dos Direitos Humanos”.

Além dessas, realizou-se uma palestra intitulada “Tráfico de pessoas, Trabalho escravo e

Trabalho análogo à escravidão”. A mesma foi pensada em consonância o “Projeto Direitos Humanos em Cena”, da Coordenadoria de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo (CTETP), que por sua vez, pertence à SEJUDH. A atividade foi realizada na escola Benjamin Constant e almejou transmitir o conhecimento, bem como informações necessárias em torno do tema “tráfico de pessoas” e “trabalho escravo” para os alunos do ensino fundamental. Após a palestra, foi passado um vídeo e em seguida propôs-se aos alunos participantes fizessem um desenho demonstrando o que haviam aprendido sobre o tema.

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de propagação dos direitos humanos é também um processo educacional que exige competências e capacitação dos atores que executam estes papéis. Diante disso, o Programa Universidade Popular em Direitos Humanos (PUPDH) nas prerrogativas da política de extensão, possibilitou a viabilização destas execuções, promovendo capacitações para além de um viés técnico, mas também político e social dos sujeitos envolvidos, além de proporcionar aos discentes de Serviço Social uma íntima experiência nesse processo de extensão, colaborando ainda mais para a formação profissional dentro da perspectiva de direitos humanos e podendo se difundir para outros espaços.

Percebe-se que a política de extensão universitária, assim como o ensino e a pesquisa, tem papel fundamental na garantia de direitos humanos e da cidadania. Embora não configure diretamente como uma política social, a política de extensão na universidade é o passaporte para a efetivação e ampliação

da cidadania através de políticas públicas; para o estreitamento da relação universidade-comunidade externa e para a interlocução de saberes.

Estimou-se que houvesse a necessidade de debater e propor discussões acerca dos direitos humanos como mecanismo que contribui para a mudança do olhar dos sujeitos sociais do senso comum para uma visão crítica, que instiga o sujeito a ser conhecedor de seus próprios direitos fundamentais enquanto cidadão, bem como para a execução de atividades por meio da extensão universitária é fundamental para a propagação desta compreensão.

Vale ressaltar que o projeto ainda está em processo de construção, porém, já foi possível visualizar que todas as atividades realizadas proporcionaram resultados satisfatórios, além de proporcionar a troca de conhecimentos e saberes, associando educação, formação profissional e direitos humanos, visando favorecer, cada vez mais, a relação entre comunidade acadêmica e sociedade em uma perspectiva transformadora.



## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Democracia e Direitos Humanos** – reflexões para os jovens. 2011. V. 9, 2015.

CFESS. **Código de ética do assistente social**: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, CFESS, 2006.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos**. 2 ed. – São Paulo: Brasiliense, 2006.

SEJUDH (Estado). Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007. **Altera a denominação e dispõe sobre a Reestruturação Organo-Funcional da Secretaria Executiva de Estado de Justiça - SEJU, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/pplgbt-170.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995. Pag. 5.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.119-132, abr. 2008. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119/117> >. Acesso em: 01 de Maio de 2016.

UFPA. **Política de Extensão**. 2012. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/antigo2/index.php/politica-de-extensao>>. Acesso em: 29 mar. 2018.



